



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, agosto/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 7, n. 8, ago.2001. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 2,4 bilhões no mês de agosto de 2001. O Tesouro Nacional contribuiu para esse desempenho com superávit de R\$ 3,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,0 bilhão e R\$ 42,0 milhões, respectivamente. Com isso, o superávit primário do Governo Central acumulado no ano totalizou R\$ 22,1 bilhões, equivalente a 2,8% do PIB estimado para o período.

O superávit primário do Governo Central foi de R\$ 2,4 bilhões em agosto. No ano, o superávit primário alcançado equivale a 2,8% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Jul 2001	Ago 2001	Jan-Ago 2000 2001	
I. RECEITA TOTAL	21.969,9	22.570,5	151.916,8	176.349,1
I.1. Receitas do Tesouro	16.986,1	17.518,3	117.384,9	137.523,2
I.1.1 Receita Bruta	18.065,4	18.657,3	123.083,5	142.034,1
I.1.2. (-) Restituições	-1.079,3	-1.139,0	-4.981,0	-4.291,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-717,6	-219,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.983,8	5.052,2	34.531,9	38.825,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.538,5	3.668,3	26.366,0	30.248,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.431,4	18.902,3	125.550,8	146.101,2
IV. DESPESA TOTAL	17.143,4	16.474,6	106.135,5	123.595,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.260,6	4.786,4	35.915,4	41.609,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.120,6	6.092,5	39.446,8	45.321,5
IV.3. Custeio e Capital	4.762,2	5.595,7	30.773,3	36.664,2
IV.3.1. Despesas do FAT	698,6	942,2	3.687,3	4.254,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	131,4	622,9	1.510,0	2.495,7
IV.3.3. Outras Despesas	3.932,3	4.030,6	25.575,9	29.914,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.288,0	2.427,6	19.415,3	22.505,8
V.1. Tesouro Nacional	2.424,7	3.467,9	24.330,2	29.001,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.136,7	-1.040,3	-4.914,9	-6.495,6
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-33,8	-42,0	-299,1	-384,4
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.254,1	2.385,6	19.116,2	22.121,3
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,70%	2,84%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIÇÕES Acumulado: ago2001/ago2000	
Receitas	16,1%
Tesouro	17,2%
Previdência	12,4%
Transferências	14,7%
Receita Líquida	16,4%
Despesas	16,5%
Benefícios	14,9%
Pessoal	15,9%
Custeio e Capital	19,1%

No período, o superávit primário do Governo Central foi influenciado pela elevação das receitas do Tesouro. A arrecadação de impostos e contribuições passou de 15,3% para 15,9% do PIB, com destaque para o Imposto de Renda e a Cofins, cujos recolhimentos passaram de 5,2% e 3,5% do PIB, para 5,4% e 3,9% do PIB, respectivamente. Adicionalmente, também cresceram as receitas relacionadas ao pagamento de dividendos à União, *royalties* petróleo e participações especiais, receitas e taxas parafiscais da administração direta e indireta, além daquelas advindas de parcelamentos de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). No conjunto, essas receitas passaram de 1,1% do PIB, nos oito primeiros meses de 2000, para 1,5% do PIB, em idêntico período de 2001.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	21,5%	22,6%
Transferências	3,7%	3,9%
Receita Líquida	17,8%	18,8%
Despesa Total	15,0%	15,9%
Resultado Primário	2,7%	2,8%

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan-Ago (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	3,4%	3,7%
Previdência Social	-0,7%	-0,8%
Banco Central	0,0%	0,0%
Governo Central	2,7%	2,8%

No que se refere às despesas do Tesouro Nacional, estas elevaram de 9,4% para 10,0% do PIB. Tal evolução reflete, principalmente, o aumento nos gastos com a folha de salários do funcionalismo, a elevação de recursos destinados à área da Saúde e o incremento nas despesas com subsídios à agricultura e às exportações. Vale lembrar, também, que nos quatro primeiros meses de 2000 as despesas com custeio e capital estavam subordinadas à regra do duodécimo, fato que não ocorreu este ano.

O déficit da Previdência Social totalizou o equivalente 0,8% do PIB estimado para o período de janeiro a agosto de 2001, contra 0,7% do PIB verificado até agosto de 2000. O crescimento observado na arrecadação deveu-se ao esforço de recuperação de receitas e ao impacto dos reajustes ocorridos na tabela de contribuições, a partir de maio. O aumento verificado na despesa com benefícios previdenciários decorreu, em larga medida, do reajuste do salário mínimo cujo impacto no caixa deu-se em maio (para beneficiários que recebem o piso) e julho (para benefícios com valores superiores ao salário mínimo).

Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional totalizou R\$ 29,0 bilhões até agosto, equivalente a 3,7% do PIB.

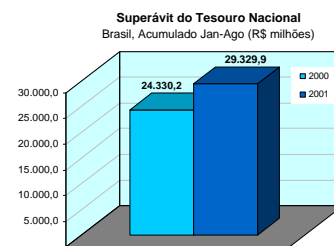
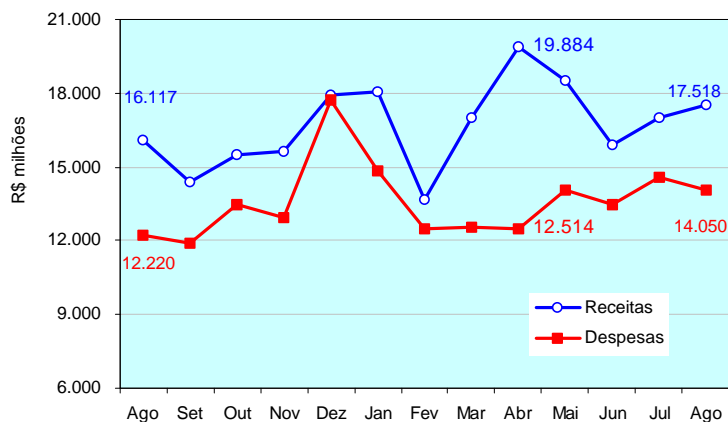
O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 29,0 bilhões nos oito primeiros meses deste ano, correspondente a 3,7% do PIB estimado para o período. Observou-se incremento nas receitas, que passaram de 16,6% do PIB, entre janeiro e agosto de 2000, para 17,7% do PIB, em idêntico período de 2001. Entre os principais itens que contribuíram para tal evolução destacam-se: i) a arrecadação da Cofins: R\$ 5,3 bilhões superior à verificada em 2000; ii) os dividendos pagos à União: incremento de R\$ 1,1 bilhão; iii) receitas de *royalties* de petróleo e de participações especiais: R\$ 1,1 bilhão acima da receita observada em 2000; iv) as receitas e taxas parafiscais: acréscimo de R\$ 822,1 milhões; e v) receitas decorrentes do parcelamento do Refis: R\$ 513,4 milhões acima das observadas em 2000.

As despesas do Tesouro Nacional no período, por sua vez, apresentaram crescimento de 17,4% em valores nominais. Tais despesas atingiram o montante de 10,0% do PIB, contra 9,4% do PIB em idêntico período de 2000, como decorrência, principalmente: i) do aumento dos repasses de recursos destinados a ações na área da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000; ii) da elevação das despesas com subsídios à agricultura e às exportações; iii) do realinhamento do salário de algumas carreiras típicas de Estado e dos servidores das Forças Armadas; e iv) da aplicação da regra do duodécimo nos primeiros meses de 2000, sem correspondência em 2001.

**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Jan-Ago (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	16,6%	17,7%
Transferências	3,7%	3,9%
Despesas do Tesouro	9,4%	10,0%
Resultado Primário	3,4%	3,7%

(*) Liquidas de restituições e incentivos fiscais

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
 Brasil, 2000/2001


Em agosto, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 18,7 bilhões, superando em R\$ 591,9 milhões a arrecadação do mês anterior. As receitas com impostos e contribuições sociais administradas pela Secretaria de Receita Federal (SRF) atingiram R\$ 16,1 bilhões, apresentando uma redução de R\$ 202,7 milhões em relação à receita de julho. Essa redução está associada à arrecadação, em julho, relativa à cota única ou primeira cota do IRPJ e CSLL referente à apuração trimestral encerrada em junho. Com isso, as receitas do IRPJ e da CSLL apresentaram redução de R\$ 555,5 milhões (30,9%) e R\$ 323,0 milhões (33,2%), respectivamente.

Por outro lado, o aumento de arrecadação mais pronunciado verificou-se nos tributos com arrecadação semanal, face à ocorrência de cinco semanas de fatos geradores em agosto contra quatro no mês anterior. Enquadra-se nesta categoria o IRRF, aumento de R\$ 228,5 milhões (6,5%), o IOF, R\$ 51,1 milhões (17,9%), e a CPMEF, R\$ 276,8 milhões (19,3%).

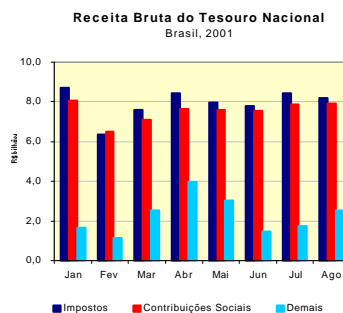
**Receitas do
Tesouro em relação
ao mês anterior**

As receitas administradas pela SRF apresentaram redução de R\$ 202,7 milhões em agosto, afetado principalmente pelo pagamento trimestral do IRPJ e da CSLL em julho.

Boxe 1 – Conta Petróleo: Cancelamento de NTN-H em Agosto

O resultado positivo da Parcela de Preços Específicos (PPE) verificado nos últimos meses permitiu o cancelamento de R\$ 273,8 milhões, em agosto, dos títulos federais emitidos em garantia junto à Petrobras (NTN-H) para amortização do saldo da Conta Petróleo. O resultado da PPE no mês refletiu o efeito do reajuste nos preços dos derivados de petróleo, ocorrido em julho, e a redução na média das cotações internacionais que parametrizam os preços de realização dos derivados controlados no País. O último cancelamento ocorreu em agosto de 1999, no valor de R\$ 278,0 milhões.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 2,5 bilhões, registrando elevação de R\$ 794,7 milhões em relação ao mês anterior. Contribuíram para essa elevação: i) o ingresso de R\$ 526,2 milhões referente à concessão do direito



para exploração e produção de petróleo e gás natural, em leilão realizado em julho pela ANP; ii) o pagamento antecipado de dividendos pela Petrobras da ordem de R\$ 371,0 milhões; e iii) amortização da Parcela de Preços Específicos, Conta Petróleo, no valor de R\$ 273,8 milhões.

Por outro lado, houve redução de R\$ 432,8 milhões na arrecadação relativa a *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997). Essa queda está associada à sistemática de recolhimento definida pelo artigo 25 do Decreto nº 2.705/1998, o qual estabelece que o repasse da participação especial ocorre no mês subsequente ao encerramento do trimestre de referência, o que afetou a arrecadação de julho.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

*As receitas do Tesouro
perfizeram 18,2% do PIB,
contra 17,4% do PIB no
mesmo período do ano
passado.*

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 142,0 bilhões, o equivalente a 18,2% do PIB estimado de janeiro a agosto deste ano, contra 17,4% arrecadado em igual período de 2000. Houve aumento nas receitas de impostos e contribuições equivalente a 0,6 ponto percentual do PIB, e de 0,2 ponto percentual nas outras receitas.

Em termos nominais, a receita bruta recolhida até agosto deste ano foi R\$ 19,0 bilhões (15,4%) superior à observada em idêntico período de 2000. No que se refere às receitas administradas pela SRF, os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação foram:

- i) mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e do pagamento por substituição pelo setor automotivo, contribuindo para acréscimo na arrecadação da Cofins (R\$ 5,3 bilhões) e do PIS/Pasep (R\$ 967,2 milhões);
- ii) depreciação da taxa de câmbio, afetando as receitas do IRRF sobre capital relacionada às operações de *swap* (R\$ 1,1 bilhão), o IRRF sobre remessas ao exterior (R\$ 761,2 milhões), o imposto de importação (R\$ 1,1 bilhão), e o IPI vinculado à importação (R\$ 278,7 milhões); e
- iii) crescimento de 17% nas vendas de automóveis no mercado interno, afetando a arrecadação do IPI-automóveis (R\$ 366,4 milhões).

Por outro lado, apresentaram redução nominal, em relação aos oito primeiros meses de 2000, o IRPJ (R\$ 844,7 milhões), a CSLL (R\$ 84,9 milhões) e o IRRF-Outros Rendimentos (R\$ 232,7 milhões) em função da arrecadação extraordinária relativa a depósitos judiciais e administrativos, em março de 2000, no valor de R\$ 2,1 bilhões (R\$ 1,1 bilhão de IRPJ e R\$ 1,0 bilhão de CSLL e IRRF-Outros Rendimentos).

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	7,9%	8,2%
Imposto de Renda	5,2%	5,4%
IPI	1,7%	1,7%
Outros	1,0%	1,1%
Contribuições Sociais	7,4%	7,7%
Cofins	3,5%	3,9%
CPMF	1,4%	1,4%
CSLL	0,9%	0,8%
Outras	1,6%	1,6%
Demais	2,1%	2,3%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,3%
Concessões	0,7%	0,5%
Outras	1,2%	1,4%
Total Bruto	17,4%	18,2%

No acumulado do ano, as “demais receitas” do Tesouro apresentaram aumento nominal de 23,9% em relação a 2000, equivalente a R\$ 3,5 bilhões. Tal incremento concentrou-se basicamente em: i) dividendos pagos à União (R\$ 1,1 bilhão); ii) *royalties* petróleo e participação especial (R\$ 1,1 bilhão); iii) receitas e taxas parafiscais (R\$ 822,1 milhões); e iv) parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) (R\$ 513,4 milhões).

Em relação aos dividendos pagos à União, foram arrecadados R\$ 2,5 bilhões, contra R\$ 1,5 bilhão registrado no mesmo período de 2000, com destaque para os pagamentos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) que efetuou recolhimento de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000.

O acréscimo nas receitas parafiscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta está associado a: i) receitas de serviços de processamento de dados com aumento de R\$ 208,9 milhões (143,9%); e ii) receitas de serviços hospitalares, acréscimo de R\$ 168,4 milhões (429,3%). Neste último caso, o acréscimo decorreu da cobrança da indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar aos militares inativos, no âmbito da reestruturação da remuneração dos militares definida nos termos da Medida Provisória nº 2.215-10/2001.

Quanto à arrecadação de *royalties* petróleo (Lei nº 9.478/1997), o acréscimo decorreu do aumento da produção interna de petróleo e gás natural e do preço no mercado internacional, o qual baliza o preço de referência publicado pela ANP. No caso da participação especial, observou-se neste ano aumento da arrecadação da ordem de 73% frente ao mesmo período de 2000.

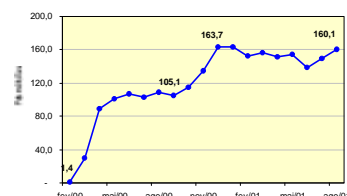
Os ingressos decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Refis atingiram R\$ 918,8 milhões no período, contra apenas R\$ 405,3 milhões nos primeiros oito meses de 2000. O gráfico a seguir apresenta a evolução do recolhimento do programa a partir do seu início em fevereiro daquele ano.

Até agosto, as transferências a estados e municípios apresentaram crescimento de 0,2 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2000, o que corresponde a um incremento nominal de R\$ 3,9 bilhões. No que concerne às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo de R\$ 3,5 bilhões (17,2%), refletindo o bom desempenho dos tributos partilhados. Assim, à exceção de março, em todos os demais meses de 2001 tais transferências superaram aquelas observadas em 2000.

**DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
Jan-Ago (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	14.622,5	18.122,8
Conta Petróleo	-	273,8
Dividendos da União	1.455,2	2.549,2
Concessões	4.922,9	4.244,0
Outras	8.244,3	11.055,9

O aumento da arrecadação de royalties petróleo e participação especial, de R\$ 1,1 bilhão no acumulado do ano, decorre tanto do aumento do preço de referência no mercado nacional quanto da produção nacional.

**Arrecadação do Refis
Brasil, 2000/2001**

**Transferências
a estados e
municípios**

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Jan-Ago (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	2,88%	3,06%
Desoneração do ICMS	0,35%	0,31%
Demais	0,50%	0,51%
Total	3,73%	3,88%

**DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Jan-Ago (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	1.135,8	1.355,3
Royalties Lei 9478/1997	1.212,9	1.692,8
Fundef	346,8	324,4
Outras	853,4	635,5
Total	3.549,0	4.007,9

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

A redução da despesa de pessoal, em relação ao mês anterior, deveu-se aos gastos sazonais concentrados em julho, como o pagamento de férias e de parcela do 13º salário dos servidores do Poder Executivo.

Os repasses decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 87/1996 apresentaram ligeira redução, da ordem de 0,04 ponto percentual do PIB, ou de R\$ 69,3 milhões (2,8%). Essa redução está associada à mudança na sistemática de repasse das transferências instituída pela Lei Complementar nº 102/2000, regulamentada pela Medida Provisória nº 1.816/2000 e convertida posteriormente na Lei nº 10.195/2001, resultando em concentração de liberações em agosto do ano passado.

As demais transferências atingiram R\$ 4,0 bilhões nos primeiros oito meses deste ano, correspondendo a 0,5 ponto percentual do PIB, mesmo nível das verificadas em 2000. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 458,9 milhões (12,9%), associado, principalmente, ao crescimento de R\$ 479,8 milhões dos *royalties* decorrentes da Lei nº 9.478/1997, e às transferências do salário-educação, cuja elevação foi de R\$ 219,4 milhões, mais que compensando o decréscimo de R\$ 240,3 milhões nas transferências restantes (Fundef e outras).

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução nominal de 5,8%, equivalente a R\$ 640,7 milhões, em relação às ocorridas no mês anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à diminuição na despesa com pessoal e encargos sociais comparativamente a julho, mês em que tradicionalmente ocorrem acréscimos sazonais na folha, decorrentes da concentração do pagamento das férias do funcionalismo público e do adiantamento de parcela do 13º salário dos servidores do Poder Executivo.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) cresceram 34,9% em relação ao mês anterior, equivalente a R\$ 243,6 milhões. Em agosto, foi efetuada transferência de recursos no valor de R\$ 236,2 milhões às instituições financeiras para pagamento da segunda parcela de 2001 do abono salarial PIS/Pasep. Com isso, o pagamento do abono salarial e do seguro desemprego totalizou R\$ 760,8 milhões, contra R\$ 650,8 milhões em julho. Ademais, o crescimento verificado na despesa com tais benefícios é atribuído ao impacto do reajuste do salário mínimo ocorrido em abril. O restante do acréscimo decorreu, em sua maior parte, de transferências para a realização de convênios no âmbito do Programa de Capacitação Profissional.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas, registraram incremento de R\$ 491,5 milhões, comparativamente a julho. No âmbito do Programa das Operações Oficiais de Créditos passaram de R\$ 87,5 milhões no mês anterior, para R\$ 534,1 milhões em agosto. Essa variação, esta relacionada ao aumento na despesa com equalização de taxas de juros das operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Os gastos do Programa

passaram de R\$ 2,4 milhões em julho para R\$ 408,2 milhões esse mês. Tal elevação, corresponde a emissão de títulos federais (NTN-I), para fazer face aos contratos entre exportadores e as instituições financeiras, firmados nos meses de junho, julho e agosto.

Em relação a rubrica “outras despesas de custeio e capital” observou-se crescimento de 2,5%, correspondente a R\$ 98,3 milhões. Ressalta-se que o comportamento dessas despesas tem refletido os limites de movimentação, empenho e pagamento definidos pelo Decreto nº 3.878, de 25/07/2001. Por fim, as despesas com custeio das ações de Saúde atingiram o montante de R\$ 1,6 bilhão, permanecendo no mesmo nível do mês anterior.

Até agosto de 2001, as despesas do Tesouro Nacional atingiram o equivalente a 10,1% do PIB enquanto em igual período de 2000 as mesmas situaram-se em 9,4% do PIB. Em percentual do PIB, tanto as despesas com pessoal e encargos como as despesas de custeio e capital, elevaram-se em 0,3 e 0,4 ponto percentual, respectivamente.

Observou-se acréscimo nominal de 15,8% nas despesas com pessoal e encargos sociais, quando comparadas a 2000. Tal variação, é atribuída, em boa medida, ao realinhamento salarial ocorrido em função da reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo civil, bem como, da carreira militar das Forças Armadas, contemplada na Medida Provisória nº 2.215/10, de 31/08/2001. Além disso, contribuiu para esse aumento o pagamento do percentual de 11,98% aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Relativamente às outras despesas de custeio e capital verificou-se acréscimo de 17,0%, em comparação ao período acumulado de janeiro a agosto de 2000, devido, em boa medida, ao crescimento dos gastos com ações na área da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000. Até agosto deste ano, as despesas de custeio e capital do Ministério da Saúde totalizaram R\$ 12,7 bilhões, contra R\$ 11,1 bilhões no mesmo período de 2000. Merece destaque também o fato de que até abril de 2000 a execução da despesa esteve limitada pela regra do duodécimo, o mesmo não acontecendo este ano.

As despesas de custeio do FAT atingiram 0,5 ponto percentual do PIB até agosto deste ano. Em termos nominais, tais gastos elevaram-se, principalmente, em decorrência do crescimento das despesas com seguro-desemprego que passaram de R\$ 2,7 bilhões até agosto de 2000, para R\$ 3,1 bilhões em igual período de 2001. Contribuiu para tal elevação, o reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano.

Em agosto, os gastos com subsídios às exportações aumentaram R\$ 405,8 milhões, comparativamente ao mês anterior.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL 2001		
DISCRIMINAÇÃO	Jul	Ago
Pessoal e Encargos	6.260,6	4.786,4
Custeio e Capital	4.762,2	5.595,7
Despesas do FAT	698,6	942,2
Subsídios e Subvenções	131,4	622,9
Outras	3.932,3	4.030,6

**Despesas do
Tesouro em relação
ao ano anterior**

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	5,08%	5,34%
Custeio e Capital	4,35%	4,71%
Despesas do FAT	0,52%	0,55%
Subsídios e Subvenções	0,21%	0,32%
Outras	3,62%	3,84%

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Ago (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	642,9	849,6
Custeio Agropecuário	83,4	115,4
Investimento Rural	12,9	45,9
Preços Agrícolas	295,3	381,4
- EGF	2,1	2,0
- AGF	281,5	319,2
- Sustentação de preços	11,7	60,2
Pronaf	251,3	277,9
PESA	0,0	29,0
Securitização (Lei 9.138)	0,0	0,0
Exportação	371,6	878,6
Proex	371,6	878,6
Total	1.014,5	1.728,2

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas apresentaram elevação de 65,3% comparativamente a 2000. Houve crescimento principalmente nos subsídios às exportações, que passaram de R\$ 371,6 milhões, no período do ano anterior, para R\$ 878,6 milhões este ano. Tal variação é atribuída ao aumento nas despesas com equalização de taxas de juros do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), em decorrência da depreciação de 25,1% do real frente ao dólar norte-americano. Por outro lado, ocorreu aumento significativo na demanda por financiamentos com recursos do Programa. Até agosto desse ano, foram realizadas operações no âmbito do Proex, na modalidade de financiamento sujeito à equalização, no montante de US\$ 370,0 milhões, contra US\$ 184,0 milhões em igual período do ano anterior.

Relativamente aos subsídios à agricultura o crescimento de 32,1%, em relação a 2000, foi justificado, principalmente, pelo aumento nas despesas do Programa de Aquisições Federal (AGF), com compras de estoques de produtos agrícolas sobretudo arroz, milho e algodão, frente à evolução desfavorável dos preços.

Previdência Social

A Previdência Social apresentou déficit primário de R\$ 1,0 bilhão em agosto, inferior em 8,5% ao resultado do mês anterior. A arrecadação líquida foi R\$ 68,4 milhões superior a registrada em julho, representando um aumento de 1,4% em relação ao mês anterior. Por sua vez, a despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 6,1 bilhões em agosto, R\$ 28,1 milhões abaixo do que foi verificado em julho. A tabela abaixo resume essas informações.

O déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,0 bilhão em agosto, contra R\$ 1,1 bilhão em julho.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Jul	Ago	Jan-Ago	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	4.983,8	5.052,2	34.531,9	38.825,9
Arrecadação Bruta	5.416,2	5.485,1	37.269,0	42.224,6
- Contribuição Previdenciária	5.049,2	5.133,5	34.621,6	39.364,6
- Simples	201,1	209,1	1.258,8	1.553,8
- CDP	2,9	1,1	186,6	52,7
- CFTE/FIES	52,6	32,1	139,3	245,9
- Depósitos Judiciais	62,8	58,8	685,4	507,6
- Refis	37,3	40,1	135,1	306,3
- Outras Receitas	10,3	10,3	242,2	193,8
(-) Restituição/Devolução	-49,6	-47,1	-112,1	-229,6
(-) Transferências a Terceiros	-382,8	-385,8	-2.625,0	-3.169,1
Benefícios Previdenciários	6.120,6	6.092,5	39.446,8	45.321,5
Resultado Primário	-1.136,7	-1.040,3	-4.914,9	-6.495,6
Resultado Primário/PIB			-0,69%	-0,83%

No acumulado do ano, as despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 45,3 bilhões, contra R\$ 39,4 bilhões observados de janeiro a agosto de 2000, representando aumento nominal de 14,9%. Esse acréscimo pode ser explicado pelo aumento do valor médio dos benefícios previdenciários pagos no período, os quais passaram de R\$ 244,7, entre janeiro e agosto de 1999, para R\$ 263,3 entre os mesmos meses em 2000, atingindo R\$ 292,4 neste ano. Além disso, a quantidade média de benefícios pagos cresceu 3,7%.

Benefícios Emitidos	Jan/2000-ago/2000	Jan/2001-ago/2001	%
Quantidade*	19,1	19,8	3,7%
Valor Médio**	263,3	292,4	11,1%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

Considerando o acumulado dos meses de janeiro à agosto, a arrecadação líquida atingiu R\$ 38,8 bilhões, registrando crescimento de 12,4% em relação a igual de 2000. Destaca-se o incremento de R\$ 4,7 bilhões das contribuições previdenciárias, reflexo do esforço de recuperação de receitas, e do impacto nos reajustes ocorridos na tabela de contribuições a partir de maio de 2001.

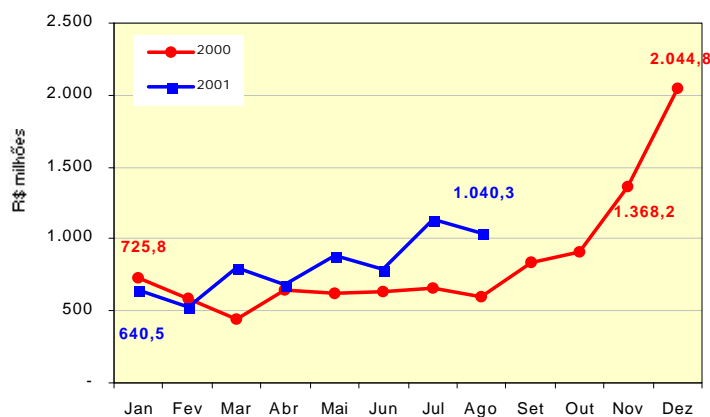
Adicionalmente, a arrecadação líquida cresceu, considerando o período de janeiro a agosto, devido aos seguintes fatores: i) aumento no recolhimento das microempresas e empresas de pequeno porte, optantes do Simples, que passou de R\$ 1,3 bilhão, em 2000, para R\$ 1,6 bilhão, em 2001; ii) arrecadação das receitas decorrentes do Refis, com incremento de R\$ 171,2 milhões em relação ao ano anterior; e iii) receitas de contribuições por meio dos Certificados do Tesouro Nacional (CFT-E), no âmbito do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (FIES), que passou de R\$ 139,3 milhões em 2000, para R\$ 245,9 milhões em 2001, em razão da ampliação do programa de financiamento.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,88%	4,98%
Benefícios	5,58%	5,82%
Resultado Primário	-0,69%	-0,83%

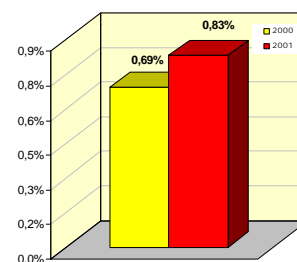
No ano, o déficit da previdência atingiu o montante de R\$ 6,5 bilhões, com elevação nominal de 32,1% em relação a idêntico período de 2000. Em relação ao PIB estimado, o déficit apresentou crescimento de 0,14 ponto percentual, passando de 0,69%, até agosto de 2000, para 0,83% este ano.

Déficit da Previdência Social

Brasil, 2000/2001



Déficit da Previdência Social Jan-Ago (% PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional ficou em R\$ 276,2 bilhões, equivalente a 23,8% do PIB.

Em agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 276,2 bilhões, ou 23,8% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos últimos três meses.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2001

	(R\$ milhões)		
	2001		
	Jun	Jul	Ago
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	99.806	89.898	87.785
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	453.968	462.588	464.504
Dívida Contratual da STN	-271.904	-288.946	-292.259
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-82.258	-83.743	-84.460
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	164.845	173.807	188.413
Dívida Mobiliária em Mercado	124.120	130.705	142.496
Títulos Depositados em Garantia	-3.716	-4.101	-4.305
Dívida Contratual	45.429	48.269	51.288
Disponibilidades	-987	-1.065	-1.065
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	264.651	263.706	276.199
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,1%	22,8%	23,8%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

O comportamento da dívida líquida, no mês de agosto, foi influenciado pelo crescimento da dívida externa em reais devido à variação cambial ocorrida no mês e ao lançamento no mercado japonês do bônus Samurai 2003.

Em relação ao mês anterior, a dívida líquida aumentou 1,0 ponto percentual do PIB. Esse aumento se deveu ao crescimento na dívida externa, cujo saldo em reais foi R\$ 14,6 bilhões superior ao registrado no mês anterior. Tal comportamento é explicado pelo efeito da depreciação da moeda nacional frente ao dólar (4,95%), que tem impacto direto sobre a dívida mobiliária denominada em moeda estrangeira e a dívida contratual externa. Além disso, houve emissão do bônus Samurai 2003 em US\$ 1,6 bilhão, correspondente a R\$ 4,1 bilhões.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida caiu R\$ 2,1 bilhões em relação a julho. Tal queda se deve ao crescimento de R\$ 3,3 bilhões nos haveres contratuais da STN, devido à apropriação de encargos aos saldos associada à variação de seus principais indexadores (IGP-DI, Selic, TR). Com relação à dívida mobiliária interna, o saldo aumentou em R\$ 1,9 bilhão, devido à apropriação de juros em R\$ 8,9 bilhões, contrabalançada pelo resgate líquido de R\$ 7,0 bilhões ocorrido no mês.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2001

(R\$ milhões)

	2001		
	Jun	Jul	Ago
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	99.806	89.898	87.785
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	453.968	462.588	464.504
LFT	237.318	252.997	254.034
LTN	62.934	60.660	58.072
NTN-C	20.410	21.252	22.454
Demais	104.459	107.120	108.095
Dívida Securitizada	26.356	18.080	19.400
TDA	2.493	2.479	2.449
DÍVIDA CONTRATUAL	-354.162	-372.690	-376.719
<i>Tesouro Nacional</i>	-271.904	-288.946	-292.259
Dívida Bancária	40.299	27.260	25.990
Lei nº 7.976/89	-10.914	-11.207	-11.585
Lei nº 8.727/93	-44.535	-44.434	-44.576
Lei nº 9.496/97	-143.271	-145.557	-148.095
Renegociação Dívida Municipais	-18.881	-19.150	-19.514
Demais Haveres da STN	-94.603	-95.858	-94.479
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-82.258	-83.743	-84.460
FAT	-58.927	-61.574	-61.622
Demais Entidades	-23.330	-22.170	-22.837
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	39,6%	40,1%	40,0%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-30,9%	-32,3%	-32,4%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,7%	-25,0%	-25,2%

A dívida interna líquida caiu de R\$ 89,9 bilhões em julho para R\$ 87,8 bilhões em agosto.

Em agosto, o total de emissões da dívida mobiliária interna de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado correspondeu a R\$ 13,7 bilhões, e os resgates realizados perfizeram R\$ 20,7 bilhões, resultando em resgate líquido de R\$ 7,0 bilhões com destaque para as LTN e as LFT, nos montantes respectivos de R\$ 3,3 bilhões e R\$ 3,0 bilhões.

Emissões e Resgates

Observou-se, relativamente às operações em oferta pública, a volta das emissões de títulos prefixados no dia 7 de agosto, após quatro semanas consecutivas de interrupção. A relativa melhora nos cenários doméstico e internacional contribuiu para o retorno das emissões de LTN com prazos entre quatro e cinco meses, totalizando R\$ 4,2 bilhões em agosto.

No mês de agosto, o Tesouro Nacional realizou resgate líquido de R\$ 7,0 bilhões.

Além das emissões de LTN mencionadas anteriormente, em agosto o Tesouro Nacional emitiu, por meio de oferta pública, R\$ 8,0 bilhões em LFT de 5 anos e R\$ 445,6 milhões em NTN-C de 20 anos, operação esta realizada em moeda corrente.

TABELA 4
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA
DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, Ago/2001

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	12.582	1.099	13.681
LFT	7.975	0	7.975
LTN	4.154	0	4.154
NTN-C	446	0	446
NTN-D	0	0	0
TDA	0	24	24
Securitizada**	0	664	664
Demais	7	411	419
II. Resgates***	19.587	1.120	20.707
LFT	11.006	0	11.006
LTN	7.500	0	7.500
NTN-C	0	0	0
NTN-D	1.081	0	1.081
TDA	0	76	76
Securitizada**	0	79	79
Demais	0	965	965
III. Valor líquido (I-II)	-7.005	-21	-7.026

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos

Boxe 2 – Leilão de NTN-C

Nos dias 30 e 31 de julho, foi realizado leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) - com prazo de vencimento de 20 anos (abril de 2021) e liquidação financeira em 1º de agosto. Foram emitidos, para liquidação em moeda corrente, R\$ 445,6 milhões à taxa de 10,50% ao ano.

As emissões diretas da dívida mobiliária totalizaram R\$ 1,1 bilhão, tendo sido mais representativas: i) R\$ 664,8 milhões referente à securitização de dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), conforme Lei nº 10.150, de 21/12/2000 e ii) R\$ 344,6 milhões de NTN-I para equalização das taxas de juros dos financiamentos à exportação de bens e serviços brasileiros amparados pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Os resgates de títulos emitidos por meio de emissão direta totalizaram R\$ 1,1 bilhão, sendo os principais referentes à NTN-H no âmbito da conta petróleo.

Composição

A composição da dívida mobiliária manteve-se relativamente estável em relação ao mês anterior. A tabela 5, abaixo, apresenta as principais alterações. Cumpre ressaltar que a redução da participação dos títulos prefixados em relação ao mês anterior foi amenizada pelo retorno das emissões de LTN no mês. A participação dos títulos remunerados pela taxa Selic aumentou em 0,25 ponto percentual.

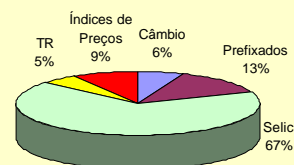
Da mesma forma, a participação dos títulos remunerados a índices de preços apresentou aumento em relação ao mês anterior, tendência observada desde dezembro de 1999, quando foram iniciadas as ofertas públicas de NTN-C.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2000/2001

Indexador	2000		2001		(%)
	Ago	Jul	Jul	Ago	
Selic	62,3	66,7	66,7	66,9	
Câmbio	8,1	6,4	6,4	6,5	
Prefixados	17,4	13,2	13,2	12,6	
Índices de Preços	6,9	9,1	9,1	9,2	
TR	5,4	4,6	4,6	4,7	
Outros	0,1	0,0	0,0	0,0	

* Não inclui dívida agrícola.

Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna em Mercado Brasil, Ago/2001



Quanto aos títulos remunerados pela variação cambial, houve uma elevação da sua participação em relação ao mês anterior, em virtude do comportamento da taxa de câmbio e da emissão de NTN-I. A participação dos títulos remunerados à TR apresentou elevação de 0,11 ponto percentual, devido à emissão de CVS, como decorrência da novação de dívidas no âmbito do FCVS.

O custo médio da dívida mobiliária em mercado reduziu-se 0,69 ponto percentual em relação ao mês anterior, de 23,34% a.a. em julho, para 22,65% a.a. em agosto (vide tabela 6). A redução é explicada pela variação cambial no mês de agosto (4,95%), menor que a do mês de julho (5,48%).

Custo Médio

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO BRASIL, 2000/2001

Título	2000		2001		Em % anual
	Ago	Jul	Jul	Ago	
LTN	19,29	17,38	17,38	17,54	
LFT	16,52	18,57	18,57	19,00	
NTN-C	43,45	30,83	30,83	27,91	
TDA	8,60	8,76	8,76	9,81	
Dívida Securitizada *	22,77	18,16	18,16	16,71	
Demais **	26,04	32,68	32,68	29,44	
Total	20,07	23,34	23,34	22,65	

* Não inclui dívida agrícola.

** Inclui NTN-D.

Em agosto, o custo médio total da dívida mobiliária em mercado reduziu-se em função da menor variação cambial, relativamente ao mês anterior.

Excluindo os títulos cambiais, observou-se aumento de 0,17 ponto percentual do custo médio que passou de 18,43% a.a. em julho para 18,60% a.a. em agosto. Uma das explicações para tal variação foi o aumento da taxa média dos leilões de LTN realizados em agosto (23,43%), em relação ao mês anterior

(21,99%), em decorrência, principalmente, do leilão ocorrido na segunda semana de agosto, quando a taxa alcançou 23,94%.

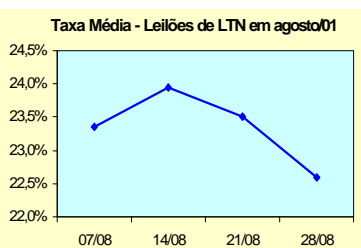
A melhora da percepção do risco brasileiro propiciou a redução do custo médio das LTN ao final de agosto.

TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM
MERCADO
BRASIL, 2000/2001

(% anual)

Período	Total (1)	Total (2)	Oferta Pública (1)	Oferta Pública (2)
2000				
Ago	17,71	20,07	17,63	20,06
Set	17,33	18,12	17,38	16,74
Out	16,55	20,44	17,09	20,83
Nov	16,18	18,88	17,00	19,56
Dez	15,98	15,38	16,86	16,57
2001				
Jan	15,51	15,84	16,20	16,67
Fev	15,11	19,50	15,87	19,35
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	16,94	17,40
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Como pode ser visualizado no gráfico ao lado, a taxa média das LTN na primeira semana do mês atingiu 23,35% a.a., diminuindo para 22,60% ao ano no último leilão em 28 de agosto.

A queda nas últimas duas semanas foi impulsionada, conjuntamente, pela melhora na percepção do risco brasileiro e pela decisão do Comitê de Política Monetária de manter os juros básicos da economia em 19,0% ao ano em reunião realizada nos dias 21 e 22 de agosto.

Prazo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária interna em mercado atingiu 42,05 meses, maior valor desde dezembro de 1999 quando o prazo médio era de 29,77 meses.

Boxe 3 – Metodologia de Cálculo do Prazo Médio

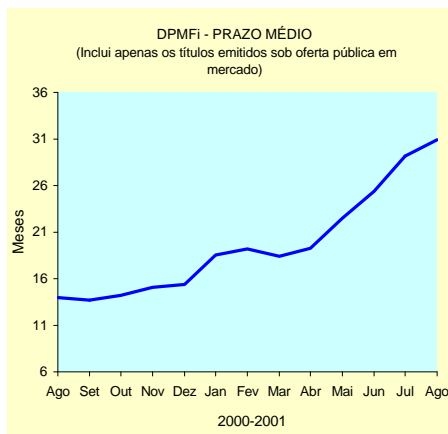
A partir de agosto, as estatísticas de prazo médio passam a obedecer metodologia de cálculo utilizada no Relatório da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) - elaborado conjuntamente pelo Tesouro Nacional e Banco Central. Tal metodologia considera, para os títulos registrados no Selic, os fluxos de amortização e juros descontados pelas curvas dos títulos e, para os certificados do Tesouro Nacional e os títulos da dívida securitizada, a ponderação dos prazos de pagamento das parcelas de principal e juros pelo valor nominal de cada parcela. Sendo assim, nas tabelas relativas ao prazo médio - inclusive de séries históricas - passam a constar as estatísticas acima mencionadas.

A elevação em relação ao mês anterior deve-se essencialmente ao aumento do prazo médio das LFT, conforme pode ser observado na tabela ao lado, tendo em vista que o prazo médio de emissão desse título foi superior ao respectivo prazo médio de estoque. Tal fato foi ainda mais representativo no prazo médio da dívida competitiva, onde o aumento observado foi de 1,73 mês.

TABELA 8
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 2000-2001

(meses)

Período	Total	Oferta Pública
2000		
Ago	31,51	13,99
Set	31,05	13,73
Out	31,42	14,19
Nov	32,17	15,05
Dez	32,27	15,36
2001		
Jan	34,56	18,54
Fev	34,90	19,19
Mar	34,12	18,43
Abr	35,24	19,28
Mai	37,99	22,52
Jun	40,23	25,39
Jul	41,13	29,20
Ago	42,05	30,93



PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO BRASIL, 2000-2001

(meses)

Título	2000		2001
	Ago	Jul	Ago
LTN	5,53	4,50	4,12
LFT	27,02	37,99	39,07
NTN-C	38,17	76,34	76,19
NTN-D	9,46	15,55	16,19
TDA	49,07	46,29	46,66
Dívida Securitizada*	72,70	69,07	68,78
Demais	91,58	92,94	92,41
Total	31,50	41,13	42,05

(*) Inclui dívida agrícola.

O prazo médio da dívida interna em mercado passou de 41,13 meses em julho, para 42,05 meses em agosto.

O estoque da dívida externa do Tesouro Nacional, em moeda nacional, aumentou 9,02% (R\$ 11,8 bilhões), em relação a julho. Esse crescimento decorreu de dois fatores: i) desvalorização cambial ocorrida no mês de agosto de 4,95%; e ii) emissão de bônus Samurai no montante de 200,0 bilhões de ienes (cerca de US\$ 1,6 bilhão).

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

(R\$ milhões)

	2000		2001
	Ago	Jul	Ago
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	97.331,3	130.704,7	142.495,9
Bônus de Renegociação	49.463,2	48.602,1	51.008,9
Bônus de Captação	47.868,2	82.102,6	91.487,0
II. DÍVIDA CONTRATUAL	35.841,9	48.268,8	51.287,7
Organismos Multilaterais	15.752,9	24.577,1	25.922,3
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.262,2	8.296,4	8.707,3
Clube de Paris	13.826,8	15.395,3	16.658,1
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.816,4	-4.101,3	-4.305,2
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-976,3	-1.064,8	-1.065,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	127.380,5	173.807,4	188.413,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,1%	15,1%	16,2%

Boxe 4 – Emissão de título no mercado Samurai

No dia 30 de agosto ocorreu a entrada dos recursos decorrentes da emissão do Samurai 08/2003, emitido em 31 de julho. A emissão, no montante de 200,0 bilhões de ienes (US\$ 1,6 bilhão), representou a maior emissão em bônus de países emergentes no mercado samurai.

Do montante emitido, aproximadamente 75% foi comprado pelo mercado de varejo. A quantia emitida serviu de reforço às reservas internacionais a partir de 30 de agosto.

A emissão do bônus Samurai no mercado financeiro internacional ocorreu em 31 de julho 2001, com recebimento dos recursos em 30 de agosto. O bônus, com vencimento em 28 de agosto de 2003, foi lançado ao par, com cupom nominal de 3,75% a.a. e *spread* de 358 *bps* acima da *libor* de prazo equivalente para a moeda japonesa.

Quanto à execução financeira do mês, o montante pago relativo a principal, juros e encargos da dívida externa foi de R\$ 1,3 bilhão, dos quais apenas R\$ 375,2 milhões referiram-se ao pagamento de principal. Do montante despendido no mês de agosto, R\$ 736,6 milhões referiu-se à dívida mobiliária, R\$ 265,6 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais e R\$ 307,6 milhões a bancos privados/agências governamentais.

No mês, foram pagos R\$ 1,3 bilhão entre principal, juros e encargos da dívida externa.

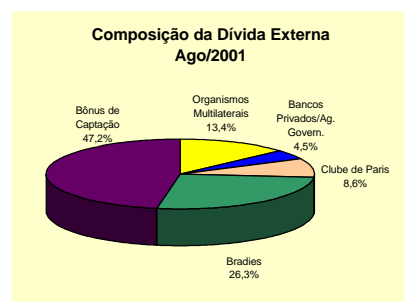
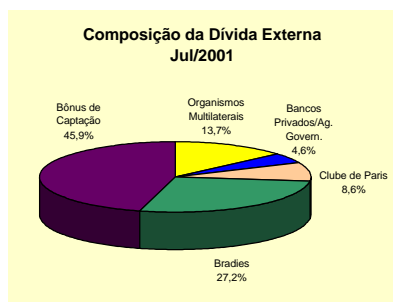
**TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Ago/2001**

Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	375,2	934,6	1.309,8
I.1. Organismos Multilaterais	86,6	179,1	265,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	288,7	19,0	307,6
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	736,5	736,5
Samurai 2003	0,0	26,3	26,3
Global 2040	0,0	709,7	709,7
Global 2024	0,0	0,5	0,5

Composição

Em função da operação no mercado japonês, a participação dos bônus de captação apresentou aumento de 1,3 ponto percentual, permanecendo a tendência de substituição gradual dos bônus de renegociação por novos títulos.

Os Bradies continuam sua trajetória de redução de sua participação no estoque da dívida externa do Tesouro Nacional, passando de 27,2% em julho para 26,3% do total em agosto.



O prazo médio da dívida mobiliária externa diminuiu de 14,37, em julho, para 13,85 anos em agosto. Tal queda pode ser explicada pela diminuição em um mês no prazo remanescente dos títulos e, principalmente, pela operação do Samurai 08/2003, emitido com prazo de dois anos, inferior ao prazo médio dos bônus de captação que em julho de 2001 era de 15,12 anos.

O prazo médio da dívida externa ficou em 13,85 anos em agosto de 2001, contra 14,37 anos no mês anterior.

Quanto ao custo médio em dólares da dívida mobiliária externa, a redução marginal observada, de 8,85% a.a. para 8,69% a.a., decorreu da redução do custo médio das emissões soberanas, reflexo da emissão do Samurai 08/2003, cujo cupom de juros de 3,75% a.a. é inferior ao custo médio de 10,31% a.a., observado em julho de 2001.

**TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 2000/2001**

Título	2000		2001	
	Ago	Jul	Jul	Ago
Prazo Médio (anos)	15,57	14,37	14,37	13,85
Bônus de Renegociação	13,86	13,12	13,12	13,03
Bônus de Captação	17,35	15,12	15,12	14,31
Globais	21,68	18,96	18,96	18,88
Euros	5,67	5,44	5,44	5,35
Demais	3,99	4,27	4,27	3,99
Custo Médio (% a.a.) *	9,00	8,85	8,85	8,69
Bônus de Renegociação	7,39	6,37	6,37	6,37
Bônus de Captação	10,67	10,31	10,31	9,98
Globais	11,32	10,97	10,97	10,97
Euros	9,99	9,80	9,80	9,80
Demais	6,31	5,78	5,78	5,77

* Custo Médio em dólares.

O custo médio em dólares da dívida mobiliária externa apresentou redução em função da emissão de título no mercado japonês.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2000	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2001
I. RECEITA TOTAL	20.779,0	18.853,5	19.979,1	20.148,6	25.618,8	22.692,7	18.472,1	21.642,8	24.666,2	23.404,5	20.930,4	21.969,9	22.570,5
I.1. Receitas do Tesouro	16.117,3	14.352,9	15.483,9	15.631,3	17.948,6	18.073,2	13.692,4	16.995,4	19.883,8	18.486,0	15.888,0	16.986,1	17.518,3
I.1.1 Receita Bruta	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,4	18.657,3
- Impostos	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8
- Contribuições	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3
- Demais	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,6	2.542,2
I.1.2. (-) Restituições	-1.508,0	-327,5	-568,4	-367,9	-459,6	-314,1	-291,7	-253,0	-132,4	-104,1	-978,2	-1.079,3	-1.139,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-112,6	-64,9	-71,3	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.661,7	4.500,6	4.495,2	4.517,3	7.670,2	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.380,0	3.286,4	3.287,0	3.724,6	3.619,0	4.357,6	3.820,3	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3
II.1. Transferências Constitucionais	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3
II.2. Lei Complementar 87/96	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.3. Demais	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5	612,1	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2	552,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	17.399,0	15.567,0	16.692,0	16.424,0	21.999,8	18.335,1	14.651,8	18.323,4	21.033,6	19.099,3	17.324,3	18.431,4	18.902,3
IV. DESPESA TOTAL	14.100,9	13.940,9	15.616,8	15.082,0	23.844,5	15.738,4	13.997,6	14.655,6	14.346,2	15.525,3	15.714,2	17.143,4	16.474,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.175,0	4.221,5	4.326,1	4.441,2	6.725,7	5.952,0	4.912,4	4.781,3	4.862,6	4.751,4	5.303,0	6.260,6	4.786,4
IV.1.1. INSS	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4	253,9
IV.1.2. Demais	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.641,4	4.669,4	4.538,3	4.626,3	4.516,2	5.018,3	5.909,1	4.532,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.260,5	5.334,2	5.405,5	5.885,5	9.715,0	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5
IV.3. Custeio e Capital	4.665,4	4.385,1	5.885,2	4.755,4	7.403,9	4.526,3	3.783,4	4.426,3	4.018,8	4.975,9	4.575,5	4.762,2	5.595,7
IV.3.1. Despesa do FAT	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6	942,2
- Abono e Seguro Desemprego	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8	760,8
- Demais Despesas do FAT	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8	181,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	364,2	265,5	1.287,5	219,7	372,2	200,1	335,6	346,5	205,1	327,9	326,1	131,4	622,9
- Operações Oficiais de Crédito	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1
- Subvenções aos Fundos Regionais	27,6	51,3	49,9	96,5	43,1	99,5	100,1	75,5	86,3	49,8	223,7	43,9	88,8
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.901,9	3.125,0	3.474,9	3.501,5	4.010,8	3.937,0	3.932,3	4.030,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.298,1	1.626,2	1.075,2	1.342,0	-1.844,7	2.596,7	654,2	3.667,8	6.687,4	3.574,0	1.610,1	1.288,0	2.427,6
V.1. Tesouro Nacional	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.710,2	200,1	3.237,2	1.176,3	4.468,4	7.369,8	4.453,6	2.403,4	2.424,7	3.467,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-598,8	-833,7	-910,4	-1.368,2	-2.044,8	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-24,2	0,3	-45,7	-26,1	-106,8	-30,3	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0	-28,0	-33,8	-42,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.273,9	1.626,5	1.029,5	1.315,9	-1.951,5	2.566,4	580,7	3.624,5	6.610,9	3.517,0	1.582,1	1.254,1	2.385,6
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.379,9	142,9	-2.510,8	718,8	-621,4	63,2	475,7	257,0	-110,1	494,7	-174,6	7,2	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	4.653,8	1.769,5	-1.481,3	2.034,7	-2.572,9	2.629,6	1.056,4	3.881,5	6.500,8	4.011,7	1.407,6	1.261,4	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-5.949,6	-2.927,4	-7.998,9	-6.330,2	-3.102,5	-6.769,1	-6.446,2	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-1.295,8	-1.157,9	-9.480,2	-4.295,5	-5.675,4	-4.139,5	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2000	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	20.025,3	19.225,6	20.188,8	21.909,6	28.247,7	19.255,9	21.656,8	19.650,8	22.438,0	23.340,1	21.303,4	21.541,1	23.860,9
I.1 - Recolhimento Bruto	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.640,3	15.976,7	17.120,9	14.866,7	15.123,4	16.991,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-112,6	-72,9	-63,2	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0	-
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8	718,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2	666,4
I.5 - Receita do Salário Educação	103,7	118,8	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4	125,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.937,7	4.752,8	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7	6,2
II. DESPESAS	21.565,0	19.321,3	24.296,1	22.906,3	30.517,9	23.315,6	20.128,9	18.002,2	23.464,8	23.970,0	25.055,5	26.355,3	21.760,7
II.1 - Liberações Vinculadas	4.049,6	3.902,6	3.956,3	4.350,2	4.103,9	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8	406,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0	780,1
II.2 - Liberações Ordinárias	17.515,4	15.418,6	20.339,8	18.556,2	26.413,9	17.947,4	15.565,8	14.122,7	19.061,1	19.018,8	20.610,2	22.217,9	17.276,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.703,0	4.928,4	5.095,1	4.871,9	5.180,6	6.516,9	4.703,6	4.746,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9	933,2
i) Dívida Contratual Interna	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5	15,8
ii) Dívida Contratual Externa	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4	917,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	4.886,9	5.234,0	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.354,5	3.402,8	4.030,9	3.561,7	6.538,6	2.587,5	2.429,8	3.312,8	3.307,4	3.756,9	3.511,7	3.461,8	3.896,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0	631,9
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-1.539,7	-95,7	-4.107,3	-996,7	-2.270,1	-4.059,7	1.527,9	1.648,6	-1.026,8	-630,0	-3.752,0	-4.814,2	2.100,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	30.527,6	14.141,3	20.692,9	19.875,1	12.911,1	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2
V. DESPESAS	33.758,3	17.231,4	25.669,2	28.745,1	6.217,3	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2
V.2.1 - Dívida Interna	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2	423,8
V.2.2 - Dívida Externa	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3	361,4
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-9.300,2	-4.122,1	-6.167,5	-15.824,3	6.401,2	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	(4.527,0)
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	3.561,8	1.315,5	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-1.208,6	-1.870,3	-13.666,2	-7.449,5	10.940,1	-5.828,0	4.429,5	10.416,7	1.970,2	26.543,7	-1.242,6	-14.818,6	464,5

(*) Dados retificados

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOIRO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Ago/2000	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	8.066,8	4.454,1	1.222,6	6.851,1	10.198,7	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5
I.1. Emissão de Títulos	7.070,3	3.065,7	0,0	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1	134,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	4.505,1	3.138,7	5.805,2	4.433,9	3.682,3	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2
II.1. Resgate de Títulos	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8
II.2. Encargos da DPMF	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6	805,4
III. RESULTADO (I - II)	3.561,8	1.315,5	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Ago/2000	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	6,5	5,5	8,4	11,7	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3	15,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	23,3
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	245,8	63,8	53,5	37,1	15,5	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1	17,9
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	235,6	59,1	31,2	13,6	-6,2	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6	10,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0	7,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	59,2	19,7	15,6	18,5	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1	69,4
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	18,6	125,2	34,7	55,9	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4	408,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0	0,0
VII. TOTAL	336,6	214,2	112,1	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Ago/2000	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2001
I. DÍVIDA INTERNA	108.081,1	109.783,6	106.910,4	100.653,4	107.110,7	98.745,1	97.273,7	101.058,3	104.565,3	94.367,8	99.806,3	89.898,3	87.785,4
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9
Dívida Bancária	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4	13.305,9
CVS	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3	6.054,4
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6
Certificados de Privatização	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4	39,6
INSS	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1
Lei 7.976/89	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2
Bônus Renegociação	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6
Lei 8.727/93	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5
Lei 9.496/97	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1
Recebíveis das Estatais	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2
Outros	-17.166,2	-17.081,5	-16.875,1	-16.860,9	-16.594,6	-16.774,9	-16.942,4	-17.313,5	-17.356,2	-17.407,8	-17.460,5	-17.598,8	-17.568,1
Fat	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4
Demais Entidades	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.330,3	-22.169,8	-22.837,4
Créditos das Operações Oficiais	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0
Arrecadação a Recolher	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,0	-2.844,8
II. DÍVIDA EXTERNA	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4
Dívida Mobiliária	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9
Títulos Depositados em Garantias	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2
Dívida Contratual	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7
Disponibilidades	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	235.461,5	238.089,7	240.103,4	236.601,8	244.291,6	241.022,5	244.421,6	254.475,9	263.094,2	268.117,4	264.651,2	263.705,6	276.198,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,3%	22,4%	22,4%	21,9%	22,4%	21,9%	22,0%	22,7%	23,2%	23,5%	23,1%	22,8%	23,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/2000	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	49.463,2	49.732,6	50.797,5	51.888,0	51.776,8	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9
Brazil Investment Bond (BIB)	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2	987,8
Interest Due and Unpaid (IDU)	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Par Bond (PB)	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3
Discount Bond (DB)	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5
Debt Conversion Bond (DCB)	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2
New Money Bond (NMB)	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0
Eligible Interest (EI)	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4	6.075,1	6.376,0
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	47.868,2	48.052,3	50.624,3	51.925,1	53.742,5	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1	82.102,6	91.487,0
Bônus Samurai	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0	-	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8
Bônus Marco Alemão 2007	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8	1.088,2	1.189,1
Bônus Paralel Franco	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2	280,5	287,8	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5	354,6
Bônus Paralel Florim	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5	355,6	386,3	422,1
Bônus Paralel Xelim	267,2	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3	338,0
Bônus Global 2027	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0
Bônus Euróira	686,6	694,3	718,9	662,0	711,9	712,6	731,1	739,6	750,4	773,5	758,9	824,2	900,8
Bônus Eurosterling 2007	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7	557,6
Bônus Euro 2003	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4
Bônus Global 2008	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5	723,8	732,2	743,0	765,8	751,3	816,1	891,8
Bônus Marco Alemão 2008	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6
Bônus Global 2004	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1
Bônus Euro 2002	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5
Bônus Euro 2004	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.165,3
Bônus Global 2009	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4
Bônus Euro 2006	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4
Bônus Euro 2001	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4
Bônus Global 2020	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7
Bônus Euro 2010	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0
Bônus Global 2030	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7
Bônus Samurai 2003	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	5.574,7
Bônus Euro 2005	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	2.501,7	2.454,5	2.666,0	2.913,3
Bônus Global 2007	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.833,9
Bônus Global 2040	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9
Bônus Euro 2007	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0
Bônus Samurai 2006	-	-	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	1.286,5
Bônus Global 2006	-	-	-	-	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.827,6
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6
Bônus Global 2024	-	-	-	-	-	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.715,3
Bônus Global 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2
III. DÍVIDA CONTRATUAL	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,1%	12,1%	12,4%	12,6%	12,6%	12,9%	13,3%	13,7%	14,0%	15,2%	14,4%	15,1%	16,2%

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Ago/2000	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2001
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	516.609,4	523.275,0	525.036,8	521.192,5	528.502,9	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6	607.748,8	611.650,5
I. Dívida com Mercado	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9
LTN	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5
LFT	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3
LFT-A	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6
LFT-B	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1
LFT-E	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6	447,6
NTN-A	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2
NTN-C	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4
NTN-D	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6
NTN-H	2.078,5	2.082,0	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4
NTN-I	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4
NTN-P	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5
CFT-A	11.282,0	11.418,5	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3
CFT-D	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1
Demais	1.985,5	2.014,3	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0
II. Dívida com BACEN	123.936,6	123.458,3	122.726,9	123.384,0	129.640,1	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6
LTN	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7
LFT	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7
LFT-A	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5
NTN-A	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9
NTN-D	-	-	-	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7
Demais	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8	613,1
Dívida Mercado/PIB	37,2%	37,7%	37,6%	36,8%	36,6%	36,3%	36,1%	36,5%	36,4%	35,6%	37,1%	38,3%	38,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Ago/2000	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2001
I. INTERNA	-72.055,3	-72.621,2	-73.953,7	-75.489,3	-76.111,5	-78.348,8	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.257,8	-83.743,4	-84.459,8
Dívida contratual	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8	630,4
FAT	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4
Aplicações financeiras	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9
Fundos Regionais	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.653,0	-14.892,6	-15.098,1
Demais	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7
II. EXTERNA	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0
Disponibilidades	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-73.031,6	-73.485,7	-74.842,7	-76.475,6	-77.049,8	-79.260,2	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.244,9	-84.808,2	-85.524,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,9%	-6,9%	-7,0%	-7,1%	-7,1%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,1%	-7,2%	-7,3%	-7,3%	-7,4%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em agosto, foram 5,3% maiores que os valores distribuídos no mês de julho/2001. Contribuiu para esse resultado, a maior arrecadação classificada no período base dos Fundos (21 de julho a 20 de agosto de 2001), principalmente a parcela originária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica — IRPJ decorrente do pagamento da cota única ou 1º cota desse Imposto, relativo à apuração do Lucro Real—Balanço Trimestral (base junho).

Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 19,0%. Comparando-se janeiro a agosto 2001 com o mesmo período de 2000, verificou-se variação nominal positiva de 16,9% para o FPM e 17,6% para FPE. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 13,0%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI apresentaram, em agosto, crescimento de 1,9% em comparação aos valores transferidos no mês de julho/2001. Relativamente a agosto/00, observou-se um aumento nominal de 3,7%. A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 14,0%.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/01 JUL/01	AGO/01 AGO/00	JAN A AGO/01 JAN A AGO/00
2000	1.141,9	1.024,1	9.873,8	-	-	-
2001	1.359,7	1.291,4	11.542,4	+5,3%	+19,0%	+ 16,9%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/01 JUL/01	AGO/01 AGO/00	JAN A AGO/01 JAN A AGO/00
2000	1.091,1	978,6	9.381,2	-	-	-
2001	1.299,2	1.234,0	11.029,4	+5,3%	+19,0%	+ 17,6%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

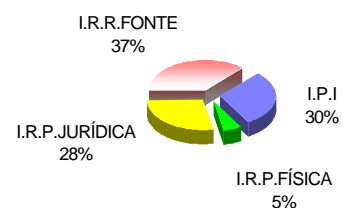
De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **agosto** foram efetuados nas seguintes datas: **10/08, 20/08 e 30/08**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
AGO	+ 3,0 %	+ 5,3 %	+ 3,0 %	+ 5,3%	+ 5,5 %	+ 1,9%

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **agosto**, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

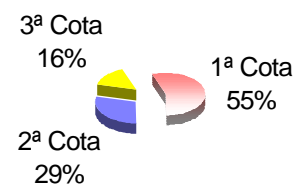
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



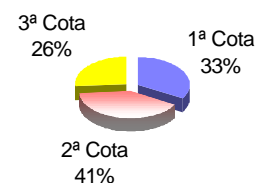
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decenal, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



AGOSTO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de agosto apresentaram um decréscimo de 10,0% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso, o desempenho, em termos globais, do recurso originário do ICMS, bem como, a Complementação da União referente ao mês de junho e julho ter sido creditado aos beneficiários em julho, o que explica a variação negativa ocorrida em agosto.

R\$ Mil

Origens	Julho	Partic.	Agosto	Partic.	Ago/ Jul
FPM	192.101,0	10,9%	202.262,9	12,7%	5,3%
FPE	185.107,7	10,5%	194.887,2	12,3%	5,3%
IPI-EXP	23.310,0	1,3%	23.754,8	1,5%	1,9%
LC 87/96 LC 102/00	44.645,7	2,5%	44.645,9	2,8%	0,0%
Compl. União	101.893,9	5,8%	50.946,9	3,2%	-
ICMS	1.217.076,2	69,0%	1.071.901,9	67,5%	-11,9%
Total	1.764.134,5	100%	1.588.399,7	100%	-10,0%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

PORTARIA MF Nº 197 DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO 2001

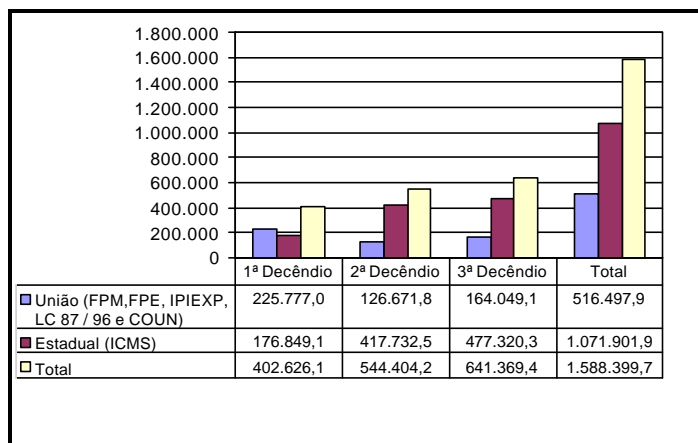
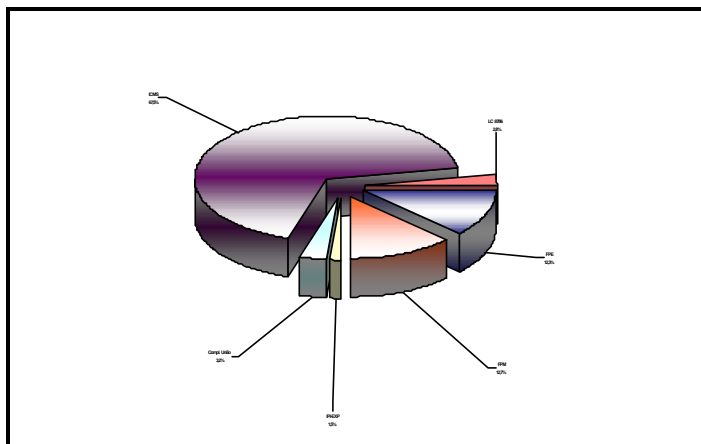
Portaria MF nº 197, de 29 de junho de 2001, publicada no D.O.U. de 02.07.2001, que estabelece a reestimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2001 dos recursos do FUNDEF.

ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MÊS							
JANEIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
FEVEREIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MARÇO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
ABRIL	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MAIO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
JUNHO	0	23.591.801	1.731.047	14.532.671	8.810.129	2.281.278	50.946.926
JULHO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
AGOSTO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
SETEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
OUTUBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
NOVEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
DEZEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
TOTAL	2.616.050	231.025.000	22.224.900	152.048.800	92.491.900	27.758.800	528.165.450

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - AGOSTO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	6.667,1	1.122,6	0,7	0,0	40,8	1.393,5	9.224,6	67,0	562,6
AL	667.007	8.107,5	4.840,3	9,3	0,0	376,2	6.566,7	19.899,9	29,8	261,0
AM	630.642	5.438,1	2.713,3	553,0	0,0	451,2	27.880,9	37.036,6	58,7	382,1
AP	116.231	6.649,6	772,6	5,7	0,0	182,0	536,0	8.145,9	70,1	645,5
BA	3.527.787	18.312,0	18.474,7	1.266,5	23.591,8	1.663,9	53.159,8	116.468,6	33,0	251,9
CE	1.698.971	14.298,7	10.428,3	262,4	1.731,0	729,2	36.551,4	64.000,9	37,7	261,3
DF(2)	321.563	1.345,1	491,2	1,4	0,0	362,5	0,0	2.200,1	6,8	56,9
ES	542.389	2.923,3	3.635,5	1.229,0	0,0	1.908,6	23.797,4	33.493,8	61,8	475,8
GO	1.044.232	5.540,8	7.589,5	149,3	0,0	597,5	34.312,8	48.189,9	46,1	350,8
MA	1.544.447	14.067,4	8.245,6	360,9	14.532,7	751,6	13.614,5	51.572,5	33,4	239,3
MG	3.433.497	8.681,3	26.574,0	3.628,4	0,0	5.777,0	115.132,0	159.792,6	46,5	365,1
MS	420.557	2.595,9	3.102,0	91,4	0,0	552,7	15.573,7	21.915,7	52,1	413,5
MT	576.334	4.497,8	3.946,6	163,5	0,0	868,9	18.703,9	28.180,6	48,9	369,3
PA	1.546.627	11.911,5	7.411,4	1.229,6	8.810,1	1.953,6	24.716,4	56.032,7	36,2	257,3
PB	814.623	9.333,0	6.583,0	52,5	0,0	128,7	13.415,6	29.512,8	36,2	282,0
PE	1.579.456	13.447,6	9.087,6	151,8	0,0	604,5	29.588,2	52.879,8	33,5	264,9
PI	723.848	8.421,9	5.055,7	26,2	2.281,3	135,0	6.057,0	21.977,1	30,4	248,5
PR	1.573.083	5.619,0	13.846,0	2.200,5	0,0	4.513,8	58.597,2	84.776,4	53,9	427,2
RJ	2.008.289	2.977,3	6.185,6	1.215,7	0,0	2.625,7	105.650,7	118.655,0	59,1	520,4
RN	594.181	8.142,2	5.049,7	64,7	0,0	162,1	9.367,7	22.786,4	38,3	326,9
RO	301.839	5.487,2	1.842,6	30,3	0,0	111,6	6.569,3	14.041,0	46,5	373,6
RR	78.462	4.834,6	809,1	1,0	0,0	17,1	2.120,2	7.782,0	99,2	770,3
RS	1.596.324	4.589,2	13.804,5	3.980,2	0,0	4.496,2	56.416,7	83.286,8	52,2	545,5
SC	908.259	2.494,2	8.033,2	2.309,2	0,0	1.607,8	43.439,1	57.883,5	63,7	491,8
SE	395.309	8.098,1	2.944,3	17,0	0,0	112,1	7.277,2	18.448,8	46,7	385,1
SP	5.486.865	1.948,9	26.567,0	4.751,0	0,0	13.880,3	356.947,5	404.094,7	73,6	674,3
TO	323.383	8.458,1	3.106,8	4,0	0,0	35,2	4.516,5	16.120,7	49,9	403,0
Total	32.591.935	194.887,2	202.262,9	23.754,8	50.946,9	44.645,9	1.071.901,9	1.588.399,7	48,7	403,9

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de julho a 20 de agosto, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Jul.	526,1	2.789,2	3.315,3						
AGO/2001				AGO/2001	6.043,0	1.104,4	1.155,7	134,6	422,6
1º Dec./Ago.	645,0	1.135,2	1.780,2	3º Dec./Jul.	3.315,3	605,9	634,1	44,7	226,7
2º Dec./Ago.	412,5	535,0	947,5	1º Dec./Ago.	1.780,2	325,3	340,5	54,8	127,2
3º Dec./Ago.	467,4	2.626,0	3.093,3	2º Dec./Ago.	947,5	173,2	181,2	35,1	68,7

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	6.361,47	37.780,19	3,84	7.831,14
AL	27.428,18	45.942,53	52,83	13.333,24
AM	15.375,46	30.816,09	3.133,77	9.155,68
AP	4.378,21	37.680,80	32,16	7.609,83
BA	104.689,90	103.767,98	7.176,58	63.308,81
CE	59.093,57	81.025,87	1.486,73	27.449,56
DF	2.783,23	7.622,30	7,71	2.200,14
ES	20.601,36	16.565,42	6.964,32	9.696,46
GO	43.007,19	31.398,09	845,80	13.877,12
MA	46.724,97	79.714,99	2.044,97	37.958,05
MG	150.586,06	49.193,76	20.560,69	44.660,57
MS	17.578,16	14.710,09	517,69	6.342,01
MT	22.363,99	25.487,55	926,30	9.476,75
PA	41.998,18	67.498,55	6.967,71	31.316,23
PB	37.303,84	52.886,75	297,71	16.097,22
PE	59.827,59	76.203,12	860,40	23.291,62
PI	28.649,25	47.723,86	148,55	15.920,13
PR	78.460,70	31.840,94	12.469,25	26.179,24
RJ	35.051,99	16.871,32	6.888,78	13.004,29
RN	28.615,26	46.139,10	366,42	13.418,73
RO	10.441,40	31.094,39	171,58	7.471,77
RR	4.585,06	27.395,89	5,92	5.661,86
RS	78.333,39	26.005,49	22.554,40	26.870,10
SC	45.521,72	14.133,61	13.085,62	14.444,40
SE	16.684,39	45.889,52	96,35	11.171,59
SP	153.365,68	11.043,61	26.922,14	47.147,18
TO	17.605,31	47.929,27	22,48	11.604,13
TOTAL	1.157.415,54	1.104.361,08	134.610,69	516.497,86

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000, Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	SET/AGO	OUT/SET	NOV/OUT
FPM/FPE/FNO/ FNE/FCO	+ 8,0%	- 10,0%	+ 18,0%
IPI-EXP	- 5,0%	+ 18,0%	+ 3,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 13,0 %
FPE	+ 13,0 %
IPI-EXP	+ 14,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Out/2000	23/11/00	Mar/2001	26/04/01
Nov/2000	27/12/00	Abr/2001	31/05/01
Dez/2000	29/01/01	Mai/2001	28/06/01
Jan/2001	23/02/01	Jun/2001	08/08/01
Fev/2001	23/03/01	Jul/2001	29/08/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Tel: (061) 412-3116 / 412-3117

Fax: (061) 412.1559